

Relatório e Contas

30 junho 2023



Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Santander Multicrédito

Índice

1. Relatório de Gestão	3
1.1. Enquadramento macroeconómico	3
1.2. Política de investimento	6
1.3. Divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (sfdp)	7
1.4. Evolução das unidades de participação	7
1.5. Performance	8
1.6. Custos e proveitos	9
1.7. Demonstração do património	9
1.8. Evolução dos ativos sob gestão	10
1.9. Valorimetria	10
1.9.1. Valores mobiliários	10
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário	11
1.9.3. Instrumentos derivados	12
1.9.4. Câmbios	12
1.10. Política de voto	12
1.11. Erros de valorização	13
1.12. Factos relevantes	13
1.13. Eventos subsequentes	14
2. Relatório de Auditoria	15
3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multicrédito referente ao período findo em 30 de junho de 2023	19
4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multicrédito referente ao período findo em 30 de junho de 2023	22
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multicrédito referente ao período findo em 30 de junho de 2023	24
6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2023	26

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

Após um ano de 2022 de má memória para os mercados, o primeiro trimestre deste ano registou subidas comparativamente amplas, com ganhos em ações, crédito, obrigações soberanas, ativos de mercados emergentes e cripto moedas. As matérias-primas foram a única exceção significativa a este padrão, com os preços do petróleo a caírem em todos os meses do primeiro trimestre. A análise macroeconómica de alto nível para o trimestre começou com uma nota otimista graças às muitas notícias positivas em janeiro.

Por exemplo, o preço do gás natural na Europa diminuiu -24,8% de janeiro a fevereiro, o que dissipou as preocupações sobre uma possível recessão. O aumento da confiança dos consumidores, que atingiu o seu ponto mais alto dos últimos meses, refletiu-se numa série de indicadores de sentimento. Entretanto, a economia da China continuou a abrir e as restrições foram flexibilizadas, aumentando as expectativas de que mais economias a nível mundial iriam registar crescimento. Devido à melhoria das perspetivas macroeconómicas, muitos ativos tiveram um início de ano muito forte. Por exemplo, o S&P 500 (+6,3%) e o STOXX 600 (+6,8%) na Europa tiveram os seus melhores inícios de ano desde 2015. Mas, à medida que fevereiro avançava, o ambiente nos mercados tornou-se decididamente mais sombrio.

A principal causa foi a divulgação de dados económicos positivos publicados nos EUA e uma inflação mais elevada do que o previsto, que convenceram os investidores de que estavam iminentes mais aumentos de taxas de juro. De facto, o desemprego atingiu um mínimo de 53 anos de 3,4%, o que suscitou um debate sobre a possibilidade de um cenário de "no landing" da economia dos EUA, que significava inflação elevada e crescimento robusto, forçando a Reserva Federal a ainda mais aumentos de taxas. Não obstante, os Estados Unidos não foram o único país a registar esta tendência. A inflação core na Zona Euro atingiu um máximo histórico de +5,3% em janeiro, de acordo com os dados divulgados em fevereiro o que desencadeou uma venda significativa de obrigações internacionais, com o Global Aggregate Bond Index da Bloomberg a registar o seu pior desempenho em fevereiro desde a sua criação em 1990 (-3,3%).

Em março, os investidores aumentaram as suas expectativas para as taxas terminais do Banco Central devido à persistência da inflação. No seu testemunho semestral no Congresso, o Presidente da FED confirmou esse facto, afirmando que a FED estaria preparada para aumentar o ritmo de subida das taxas e deixando explicitamente a porta aberta a futuras alterações de 50 pontos base. Pouco depois, a 8 de março, as *yields* a 2 anos atingiam um máximo não observado desde 2007 e as expectativas para a taxa terminal da FED atingiam um novo máximo do ciclo de 5,69%. A curva de 2s10s fechou nesse dia com uma inversão de -109bps, o que não acontecia desde 1981. Mas, tudo isto mudou abruptamente quando o Silicon Valley Bank entrou em colapso, suscitando preocupações sobre o sistema financeiro e receios de um maior contágio. Na sequência de um intenso escrutínio por parte dos investidores e de saídas significativas de depósitos, o Credit Suisse acabou por ser comprado pelo UBS com garantias do governo suíço. Devido à significativa turbulência no mercado que resultou desta situação, os investidores questionaram-se se os Bancos Centrais iriam terminar o atual ciclo de aumento das taxas. Em meados de março, as *yields* das obrigações do Tesouro a 2 anos registaram a maior descida diária desde 1982 e apesar da recuperação geral do mercado acionista, as ações dos bancos sofreram um impacto negativo, com o índice de bancos KBW a cair -17,9%. No final do mês, os mercados davam indicação que estariam a estabilizar-se. Desde o pico da agitação, as medidas de volatilidade, como o índice MOVE e o índice VIX, diminuíram significativamente, impulsionados pelas melhorias nas condições financeiras. Além disso, como os investidores estavam muito menos preocupados com aumentos abruptos das taxas, as obrigações soberanas tiveram um desempenho excepcional. De facto, desde março de 2020, quando os investidores se refugiaram em ativos seguros e a FED reduziu as taxas e reiniciou a compra de obrigações, os títulos do Tesouro dos EUA tiveram o seu melhor desempenho mensal em três anos.

Mercados acionistas desde 2022

Fonte: Bloomberg 07/07/2023



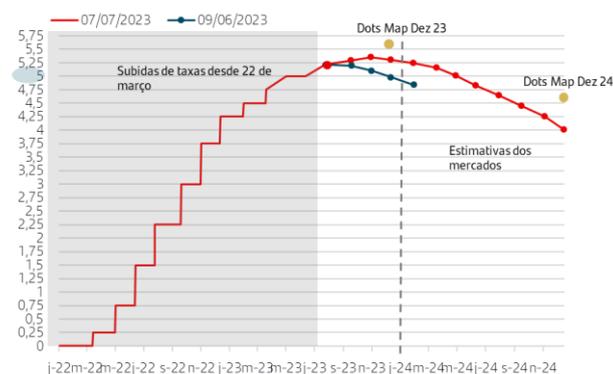
Os mercados financeiros tiveram um segundo trimestre mais inconsistente. Alguns investimentos tiveram um desempenho excepcional, com as ações tecnológicas a superarem significativamente outros investimentos devido ao interesse na Inteligência Artificial (IA). O que incluiu outros ativos de risco, e que contribuiu para a diminuição da volatilidade devido à falta de evidências de que os problemas de março tivessem repercussões financeiras mais vastas. Contudo, a inflação persistente e a continuação da política restritiva dos Bancos Centrais causariam a subida de *yields* nas obrigações soberanas. Em geral, as matérias-primas também tiveram dificuldades, com os preços do petróleo bruto Brent a caírem pelo quarto trimestre consecutivo. Os investidores mostraram-se receosos quanto ao início do segundo trimestre, após a significativa turbulência do mercado em meados de março pela possibilidade de mais falências bancárias. Antes de ser encerrado em 1 de maio, o First Republic Bank, em particular, esteve sob pressão crescente, tornando-se o terceiro banco a falir este ano, depois do SVB e do Signature.

A maioria dos seus ativos foi adquirida pelo JPMorgan e, a 4 de maio, o índice KBW Banks fechou no seu ponto mais baixo em mais de dois anos. Mas o que foi notável no segundo trimestre foi o facto de a turbulência financeira parecer isolada, pelo menos por enquanto. De facto, em junho, o índice VIX de volatilidade das ações tinha recuado para o seu nível mais baixo desde o surto de Covid-19 e tinha terminado o terceiro trimestre em apenas 13,59 pontos, marcando um declínio significativo.

Os Bancos Centrais continuaram a concentrar-se na manutenção de níveis elevados de inflação, uma vez que a turbulência financeira parecia estar mais sob controlo. De facto, enquanto a inflação global caiu no segundo trimestre, a inflação *core* manteve-se muito mais resistente. Por exemplo, os dados mais recentes relativos a maio revelaram que a inflação *core* do índice de preços no consumidor (PCE) nos EUA se situou em 4,6%, ou seja, ligeiramente abaixo do nível de 4,7% registado três meses antes. À semelhança dos EUA, a inflação *core* na Zona Euro manteve-se em 5,4% em junho, apenas ligeiramente abaixo do pico de 5,7% registado em março.

EUA: Futuros das taxas do Fed Funds (limite inferior)

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM



O aumento da inflação exigiu que os Bancos Centrais continuassem a aumentar as suas taxas diretoras. A FED aumentou as taxas em 25 pontos base adicionais em maio e, apesar de ter feito uma pausa em junho pela primeira vez em mais de um ano, o seu gráfico de pontos previa mais dois aumentos das taxas para o ano de 2023.

O BCE aumentou a sua taxa de depósito em 25 pontos base em maio e junho, elevando-a para 3,5%. Dados sólidos, com a economia dos EUA, em particular, a continuar a mostrar sinais de resiliência, forneceram um apoio adicional a este facto. De facto, as folhas de pagamento não agrícolas continuaram a crescer rapidamente em abril (+294 mil) e maio (+339 mil), e o número de novos pedidos de subsídio de desemprego tem vindo a diminuir desde o seu pico no início de abril.

O BCE aumentou a sua taxa de depósito em 25 pontos base em maio e junho, elevando-a para 3,5%. Dados sólidos, com a economia dos EUA, em particular, a continuar a mostrar sinais de resiliência, forneceram um apoio adicional a este facto. De facto, as folhas de pagamento não agrícolas continuaram a crescer rapidamente em abril (+294 mil) e maio (+339 mil), e o número de novos pedidos de subsídio de desemprego tem vindo a diminuir desde o seu pico no início de abril.

Em resultado da persistência da inflação e dos Bancos Centrais "hawkish", as obrigações soberanas registaram dificuldades no segundo trimestre. As obrigações do Tesouro dos EUA registaram uma descida de 1,4%, pondo fim a dois trimestres consecutivos de ganhos, enquanto as obrigações alemãs registaram uma descida mais moderada de -0,4%. No entanto, os títulos com pior desempenho foram os *gilts* (-6,0%), que registaram a maior queda desde a turbulência do mini-orçamento em outubro passado. No Reino Unido, onde a taxa de inflação do IPC é a mais elevada do G7, registaram-se várias surpresas positivas em termos de inflação e o Banco de Inglaterra aumentou inesperadamente as taxas de juro em 50 pontos base em junho. Em comparação com outros Bancos Centrais, os mercados estão a prever um ciclo de aperto mais agressivo para o Banco de Inglaterra, com os *swaps* de índice *overnight* a preverem uma taxa terminal superior a 6%.

Taxa de depósito com base nos Forwards €STRN

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM



Apesar das preocupações com a inflação e a descida do preço das obrigações soberanas, os ativos de risco tiveram, de um modo geral, um bom desempenho no 2.º trimestre. Por exemplo, o S&P 500 aumentou +8,7% em termos de retorno total, o que se segue a um ganho de +7,5% no primeiro trimestre e é o maior ganho trimestral desde o quarto trimestre de 2021. O Nikkei no Japão, que acaba de registar o seu segundo melhor desempenho trimestral numa década, é um dos poucos ativos financeiros que aumentou até agora em 2023. O STOXX 600 (+2,7%) na Europa foi menos rápido, mas ainda conseguiu registar o seu terceiro ganho trimestral consecutivo superior a 6%.

	2022	2023e
PIB EUA	2,10%	1,80%
Inflação EUA	8,00%	4,10%
PIB Zona Euro	3,50%	0,50%
Inflação Zona Euro	8,40%	5,10%
PIB Portugal	6,70%	1,60%
PIB Espanha	5,50%	2,20%
PIB China	3,20%	5,80%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

Com o NASDAQ a subir +13,1% e o índice FANG+ das mega capitalizações tecnológicas a subir +25,2%, as ações tecnológicas voltaram a liderar o desempenho do sector. O que foi possível devido ao intenso entusiasmo em torno do potencial da IA para aumentar a produtividade e acelerar o crescimento económico. A Nvidia (+52,3%) teve um dos desempenhos excepcionais no segundo trimestre devido à procura de processadores de IA, o preço das suas ações aumentou no final de maio, depois de terem anunciado ganhos com uma perspetiva muito superior às expectativas aumentado em +189,5% no ano até à data.

No entanto, é importante notar que o S&P 500 ponderado por igual não teve um desempenho tão bom quanto a sua contraparte padrão, aumentando em menos +4,0% no segundo trimestre. Isto deve-se ao facto de as ações tecnológicas terem tido um desempenho tão significativo nos últimos meses.

A resolução do problema do teto da dívida dos EUA, que causou brevemente uma volatilidade significativa no mercado, foi outro fator de apoio aos mercados. De facto, durante um breve período de tempo, as *yields* das obrigações do Tesouro com vencimento após o prazo para a negociação do teto da dívida norte americano subiram, ilustrando como os investidores estavam a exigir uma compensação adicional para manter as obrigações em risco de incumprimento. Mas, a 27 de maio, chegou-se a um compromisso e, em 3 de junho, o Presidente Biden assinou-o como lei.

Economia Portuguesa

Após o fim da pandemia, o PIB de Portugal atingiu 5,4% em 2023, superando o nível de 2019. O PIB futuro continuou a crescer rapidamente acima da Zona Euro. O Banco de Portugal prevê uma queda da taxa de inflação de 5,2% este ano para 3,3% em

2024 e 2,1% em 2025, já próximo do objetivo de política monetária do Banco Central Europeu. Os efeitos negativos da inflação ainda elevada e da maior restritividade da política monetária sobre a procura interna foram complementados por melhorias no mercado de trabalho, medidas públicas de apoio ao rendimento das famílias e maiores entradas de fundos europeus. Além das condições monetárias e financeiras menos favoráveis, a pressão inflacionista internacional diminuiu. A procura externa dirigida aos exportadores portugueses também diminuiu.

A economia cresceu acima do previsto em 1,6% no primeiro trimestre de 2023 principalmente devido ao dinamismo das exportações, principalmente na componente do turismo. A atividade continuou a crescer no primeiro semestre do ano, com variações em cadeia de 0,3% no segundo trimestre e de 0,5% nos dois trimestres seguintes. A perspetiva de um aumento no rendimento disponível real manteve o mercado de trabalho dinâmico e incentivou a procura interna. No que diz respeito às exportações, houve ganho de quota adicional nos serviços, em linha com as tendências recentes, onde o turismo teve um impacto significativo na economia nacional neste semestre.

A inflação diminuiu desde o final de 2022, com as partes mais voláteis do IHPC a impactarem em baixa os preços em 2023. Isto foi refletido principalmente devido à redução dos preços das matérias-primas alimentares e energéticas nos mercados internacionais. A redução da inflação excluindo estes bens foi determinada pelas pressões associadas ao aumento dos salários e margens de lucro, bem como pelos efeitos imprecisos derivados dos componentes voláteis da inflação. Num contexto de expectativas de inflação estabilizadas, a maior restritividade da política monetária resultou na convergência da inflação para valores próximos dos projetados para a área do euro e compatíveis com o objetivo de estabilidade de preços no final do horizonte, com a inflação do segundo trimestre atingindo -0,3 pontos percentuais (pp) em relação às indicações do Banco de Portugal de março. As pressões inflacionistas externas diminuíram e a redução temporária do IVA para alguns produtos alimentícios compensou parcialmente os efeitos da inflação interna.

Foi também registada uma melhoria em relação ao défice da balança corrente e de capital de +0,4% do PIB em 2022 devido ao aumento do saldo da balança de bens e serviços em 2023, bem como os efeitos positivos de volume e termos de troca, e é previsto pelo Banco de Portugal que a balança corrente e o saldo de capital devem aumentar para 2,1% do PIB no segundo semestre de 2023.

1.2. Política de Investimento

Durante o primeiro semestre de 2023, o fundo continuou com a seguir a estratégia de investimento flexível, que permite ter uma maior exposição a emittentes *high yield* e mercados emergentes, assim como a moedas, e com um período de investimento de médio-longo prazo. Tanto a estratégia quanto a alocação de ativos são realizadas com base em análises macroeconómicas e fundamentais, investindo em ativos que ofereçam um maior potencial de valorização em termos relativos.

No final do semestre, o risco cambial caracterizava-se por uma exposição do fundo de 1,7% em USD (2,2% no final de dezembro de 2022) e de 0,8% em JPY (1,1% no final de dezembro de 2022). Em termos de risco de taxa de juro, o fundo continuou a aumentar ligeiramente a *duration* (1,67 vs. 1,27 no final de dezembro de 2022) uma vez que a inflação aparenta ter atingiu o pico. As obrigações de governos tornaram-se a principal exposição com 54%, especialmente emittentes "core" como Alemanha, França, Holanda, MEE ou União Europeia. Durante o período, também foram adicionados títulos indexados à inflação emitidos pelos governos alemão e norte-americano. No que respeita aos diferentes mercados de crédito em que pode investir, o fundo tinha uma exposição a obrigações *investment grade* de 31% da carteira (todas denominadas em EUR) o que compara com os 53% no final de 2022, enquanto em *high yield* tinha 11% (21% no final de dezembro de 2022) e 1% em emittentes de mercados emergentes, sem alterações ao longo do semestre.

Do ponto de vista do mercado, o primeiro semestre de 2023 foi caracterizado pelo desempenho positivo das obrigações, principalmente do segmento *high yield*. Assim, por exemplo, a *Yield* do título do governo alemão de 10 anos encerrou o semestre no patamar dos 2,39%, ante dos 2,57% no final de 2022. Os *spreads* de crédito dos emittentes com rating de investimento em euros mantiveram-se relativamente estáveis, foram de 164 pontos base (bps) no final de 2022 para 159 pontos base em junho

de 2023. Os *spreads* dos emittentes com rating *high yield* apresentaram um melhor desempenho, estreitando 52 bps durante o primeiro semestre do ano para atingir os 446 pontos base.

1.3. Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor dos Serviços Financeiros (SFDR)

Em 9 de dezembro de 2020 foi publicado o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A divulgação sobre a promoção de características ambientais ou sociais e dos investimentos sustentáveis é a que consta nas "Divulgações relativas ao regulamento de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros (NÃO AUDITADO)" em anexo ao relatório anual.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2013	3 512 508	5,2182
2014	13 268 967	5,3057
2015	9 809 928	5,3069
2016	18 325 659	5,3701
2017	41 503 474	5,4163
2018	37 532 893	5,2922
2019	35 608 395	5,3909
2020	36 598 707	5,3731
2021	32 562 128	5,3254
2022	26 586 101	5,0545

Em 30 de junho de 2023, o valor líquido global da classe A ascendia a 177 626 485,40 euros, repartidos por 34 571 708 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,1379 euros.

Classe C

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2018	2 906 842	4,9293
2019	2 906 843	5,0484
2020	2 906 843	5,0592
2021	2 906 843	5,0414
2022	2 978 720	4,8109

Em 30 de junho de 2023, o valor líquido global da classe C ascendia a 15 696 062,03 euros, repartidos por 3 201 036 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 4,9034 euros.

1.5. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2013	3,45%	0,96%	2
2014	1,68%	1,14%	2
2015	0,03%	1,15%	2
2016	1,19%	1,08%	2
2017	0,86%	1,00%	2
2018	-2,29%	0,97%	2
2019	1,86%	0,66%	2
2020	-0,33%	2,77%	2
2021	-0,89%	3,65%	3
2022	-5,09%	3,78%	3

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2023, a rendibilidade da classe A era de 2,02% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 2.

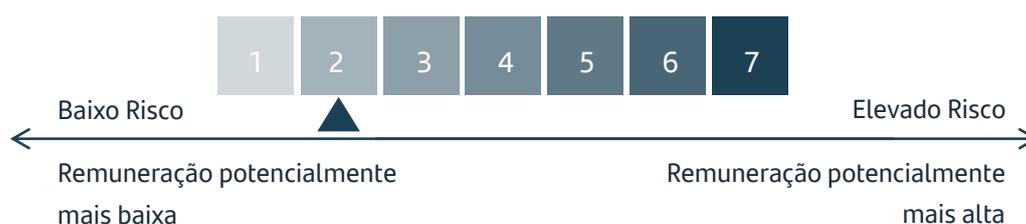
Classe C

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2019	2,41%	0,66%	2
2020	0,21%	2,77%	2
2021	-0,35%	3,65%	3
2022	-4,58%	3,78%	3

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2023, a rendibilidade da classe C era de 2,58% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 2.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sumário de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Notas:

- O Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Multicrédito alterou a política de investimento a 6 de setembro de 2021;
- Com a entrada em vigor no início de 2023 do Regulamento (UE) Nº 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 que pretende harmonizar a informação prestada aos investidores, entre as quais a informação do indicador de risco, este indicador foi, de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos, atualizado para um nível de risco 2 nas classes A e C, conforme consta do Documento de Informação Fundamental (DIF) publicado no site CMVM.

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- De referir que foram criadas duas categorias de unidades de participação sendo que, para as unidades de participação – categoria A a comissão de gestão é de 0,75% e para as unidades de participação – categoria C a comissão de gestão é de 0,23%;
- A partir de 1 de julho de 2020, o Fundo deixou de cobrar comissões de subscrição e de resgate aos participantes;
- O fundo suportou comissões de manutenção de saldos de conta entre agosto de 2020 e outubro de 2022, situação que já não se verifica a partir dessa data.

1.6. Custos e Proveitos

Descritivo	2023-06-30	2022-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	1 797 942	2 022 131	-224 189	-11%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	6 304 176	1 878 008	4 426 168	>100%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	446	0	446	0%
Total	8 102 563	3 900 138	4 202 425	>100%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	356 453	208 040	148 413	71%
Comissões e Taxas	663 889	725 512	-61 623	-8%
Comissão de gestão	611 900	605 407	6 493	1%
Comissão de depósito	30 451	29 978	473	2%
Outras comissões e taxas	21 539	90 128	-68 589	-76%
Perdas em Operações Financeiras	4 312 914	12 374 492	-8 061 578	-65%
Impostos	70 474	70 969	-495	-1%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	1 892	2 056	-164	-8%
Total	5 405 622	13 381 069	-7 975 447	-60%
Resultado do Fundo	2 696 941	-9 480 931	12 177 872	<100%

1.7. Demonstração do Património

Descritivo	2023-06-30	2022-12-31
Valores mobiliários	187 011 604	131 100 952
Saldos bancários	6 356 841	16 447 419
Outros ativos	3 476 906	1 497 355
Total dos ativos	196 845 351	149 045 727
Passivo	3 522 804	335 665
Valor Líquido do OIC	193 322 547	148 710 061

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2023		31.12.2022	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	188 096 949	95,56%	132 426 056	88,85%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	188 096 949	95,56%	132 426 056	88,85%
<i>Titulos de dívida pública</i>	105 284 383	53,49%	20 487 005	13,75%
<i>Outros fundos públicos e equiparados</i>	1 992 053	1,01%	1 963 036	1,32%
<i>Obrigações diversas</i>	80 820 513	41,06%	109 976 015	73,79%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	-	0,00%	-	0,00%
<i>Obrigações diversas</i>	-	0,00%	-	0,00%
Total do ativo	196 845 351	95,56%	149 045 727	88,85%

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação *Data License*, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por *market makers* (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.
2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
 - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
 - Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a SAM SGOIC tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management (SAM Investment Holdings S.L.) dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo, aprovada em Dezembro de 2020 (disponível na página da internet da Santander Asset Management Global - Sección Sostenibilidad). A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política, aplicável ao nível local (que pode ser consultada na página web institucional da sociedade em www.santander.pt)

Esta Política, aprovada em maio de 2022, estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em Assembleias Gerais de Acionistas de Sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com

a legislação aplicável e com os normativos voluntários que promovem as melhores práticas e é consistente com os objetivos respetivos de cada veículo.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2022

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em www.santander.pt/pdfs/investor-relations/santander-asset-management-sgoic/politicas-sam-sgoic/politica-voto-sgoic/Relatorio-Exec_DireitoVoto_SAM_2022.pdf) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.11. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2023 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.12. Factos Relevantes

1. Estabilização dos mercados financeiros

O alinhamento das expectativas de taxa de juro terminais entre agentes de mercado e Bancos Centrais conduziu a uma correção da volatilidade em dívida soberana e ações, bem como o regresso da correlação entre ambos para terreno negativo. Ainda assim, e dado que as curvas de taxas diretoras anteviam cortes de taxa já em 2023 o que implicou uma comunicação mais incisiva do BCE e FED, a queda da volatilidade em ações foi muito maior do que a de obrigações, recuando para níveis pré-Covid.

Para a indústria de gestão de ativos, o regresso a um mercado funcional permitiu um arranque de ano com performances positivas em todas as classes de ativos e subscrições líquidas positivas. O grosso do impacto da normalização monetária parece já ter sido ultrapassado e o nível atual de *yields* deverá solidificar estas tendências na segunda metade do ano.

2. Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2023 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3. Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

1.13. Eventos Subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (30 de junho de 2023) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 25 de agosto de 2023

2. Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multicrédito** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 196 845 351 euros e um total de capital do Fundo de 193 322 547 euros, incluindo um resultado líquido de 2 696 941 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multicrédito**, em 30 de junho de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas

de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contábilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

- Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Sociedade Gestora do Fundo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia, nos termos do n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 2/2015 na sua redação atual (Regulamento da CMVM n.º 2/2015), sobre a utilização consistente dos critérios de valorização do património e das unidades de participação do organismo de investimento coletivo e sobre o cumprimento das disposições quanto a erros de valorização do património do organismo de investimento coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

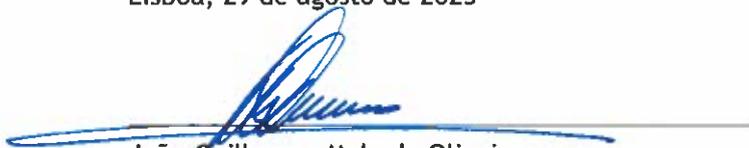
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2015

Nos termos do n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, devemos pronunciar-nos sobre a utilização consistente dos critérios de valorização do património e das unidades de participação do organismo de investimento coletivo e sobre o cumprimento das disposições quanto a erros de valorização do património do organismo de investimento coletivo.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de agosto de 2023



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multicrédito referente ao período findo em 30 de junho de 2023

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2023-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2023-06-30	2022-12-31	Código		2023-06-30	2022-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros	22 479 380	2 922 480	935	Futuros		2 391 620
	<i>Total</i>	22 479 380	2 922 480		<i>Total</i>		2 391 620
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	22 479 380	2 922 480		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		2 391 620
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		2 391 620	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	22 479 380	2 922 480

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multicrédito referente ao período findo em 30 de junho de 2023

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOSData: **2023-06-30**

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2023-06-30	2022-06-30	Código		2023-06-30	2022-06-30
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	356 453	208 040	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 713 335	2 020 308
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	84 607	1 823
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	2 424	731		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	658 012	723 051	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
729	De Operações Extrapatrimoniais	3 453	1 730	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	3 256 223	12 095 716	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	5 493 462	1 545 817
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	1 056 691	278 777	839	Em Operações Extrapatrimoniais	810 713	332 191
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	70 474	70 969	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	446	
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>8 102 563</u>	<u>3 900 138</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 892	2 056		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>5 405 622</u>	<u>13 381 069</u>				
79	Outros Custos e Perdas das SIM				Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			881	Recuperação de Incobráveis		
				882	Ganhos Extraordinários		
	Custos e Perdas Eventuais			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
781	Valores Incobráveis			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
782	Perdas Extraordinárias				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores						
788	Outras Custos e Perdas Eventuais						
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período	<u>2 696 941</u>		66	Resultado Líquido do Período		<u>9 480 931</u>
	TOTAL	<u>8 102 563</u>	<u>13 381 069</u>		TOTAL	<u>8 102 563</u>	<u>13 381 069</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	3 948 150	(8 530 323)	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(249 430)	51 685	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	2 767 415	(9 409 961)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	2 696 941	(9 480 931)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	2 696 941	(9 480 931)

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multicrédito referente ao período findo em 30 de junho de 2023

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2023	30-06-2022
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	54 190 266	1 212 305
Subscrições de unidades de participação	54 190 266	1 212 305
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(12 374 388)	(21 342 334)
Resgates de unidades de participação	(12 374 388)	(21 342 334)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	41 815 878	(20 130 029)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	282 976 872	43 184 936
Venda de títulos e outros ativos da carteira	82 727 064	20 356 461
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	198 296 714	20 480 000
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos	1 953 094	2 348 475
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(333 804 915)	(30 608 969)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(333 446 700)	(30 323 806)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos	(355 130)	(208 019)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	(3 085)	(77 145)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(50 828 043)	12 575 967
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	831 165	894 974
Operações cambiais	7	842 814
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	831 158	52 160
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:	(1 284 123)	(944 621)
Operações cambiais	(239 313)	(817 195)
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	(838 920)	(125 690)
Margem inicial em contratos de futuros e opções	(202 400)	
Comissões em contratos de futuros	(3 489)	(1 737)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	(452 958)	(49 647)
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	76 388	0
Juros de depósitos bancários	76 041	
Impostos e Taxas		
Outros recebimentos correntes	347	
PAGAMENTOS:	(701 844)	(749 108)
Juros Disp./Emprst.	(803)	(9)
Comissão de gestão	(613 757)	(651 257)
Comissão de depósito	(30 592)	(32 210)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(54 248)	(62 635)
Outros pagamentos correntes	(2 444)	(2 997)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(625 456)	(749 108)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	0	0
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	(10 090 578)	(8 352 817)
Disponibilidades no Início do Período:	16 447 419	34 218 041
Disponibilidades no Fim do Período:	6 356 841	25 865 224

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2023

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são "não aplicáveis".

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2023 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2022	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2023
		Categoria A	Categoria C	Categoria A	Categoria C				
Valor base	147 824 105	50 827 812	2 272 993	(10 899 780)	(1 161 411)	-	-	-	188 863 720
Diferença p/Valor Base	5 322 691	1 151 954	(62 493)	(243 936)	30 406	-	-	-	6 198 622
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	4 452 539	-	-	-	-	-	(8 889 274)	-	(4 436 735)
Resultados do período	(8 889 274)	-	-	-	-	-	8 889 274	2 696 941	2 696 941
Total	148 710 061	51 979 766	2 210 500	(11 143 716)	(1 131 005)	-	(0)	2 696 941	193 322 547
Nº de Unidades participação									
Categoria A	26 586 101	10 165 562	-	(2 179 956)	-	-	-	-	34 571 708
Categoria C	2 978 720	-	454 599	-	(232 282)	-	-	-	3 201 036
Valor Unidades participação									
Categoria A	5,0545	5,1133	-	5,1119	-	-	-	-	5,1379
Categoria C	4,8109	-	4,8625	-	4,8691	-	-	-	4,9034

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes	
	Categoria A	Categoria C
Ups >= 25%	-	1
10% <= Ups < 25%	-	-
5% <= Ups < 10%	-	1
2% <= Ups < 5%	-	-
0.5% <= Ups < 2%	3	-
Ups < 0.5%	23 399	-
TOTAL	23 402	2

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Categoria A			Categoria C			Total	
		VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
2023	30/jun/23	177 626 485	5,1379	34 571 708	15 696 062	4,9034	3 201 036	193 322 547	37 772 744
	31/mai/23	173 831 489	5,1374	33 836 269	15 687 607	4,9008	3 201 036	189 519 096	37 037 305
	30/abr/23	165 623 777	5,1193	32 353 028	15 624 954	4,8812	3 201 036	181 248 731	35 554 064
	31/mar/23	164 214 546	5,1052	32 165 985	16 705 365	4,8657	3 433 318	180 919 910	35 599 303
	28/fev/23	155 165 328	5,0998	30 425 812	16 479 999	4,8583	3 392 168	171 645 327	33 817 979
	31/jan/23	143 220 812	5,1063	28 047 674	14 889 194	4,8625	3 062 065	158 110 007	31 109 739
2022	31/dez/22	134 379 725	5,0545	26 586 101	14 330 337	4,8109	2 978 720	148 710 061	29 564 821
	30/set/22	139 808 616	5,0105	27 902 969	13 843 984	4,7625	2 906 843	153 652 600	30 809 812
	30/jun/22	144 746 158	5,0360	28 742 112	13 895 496	4,7803	2 906 843	158 641 654	31 648 955
	31/mar/22	157 984 218	5,2235	30 245 012	14 393 297	4,9515	2 906 843	172 377 515	33 151 855
2021	31/dez/21	173 406 225	5,3254	32 562 128	14 654 581	5,0414	2 906 843	188 060 807	35 468 971
	30/set/21	183 939 381	5,3452	34 412 140	14 689 019	5,0533	2 906 843	198 628 400	37 318 982
	30/jun/21	192 745 861	5,3586	35 969 324	14 705 869	5,0591	2 906 843	207 451 730	38 876 167
	31/mar/21	197 964 221	5,3617	36 921 665	14 694 604	5,0552	2 906 843	212 658 824	39 828 508

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2023 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados, em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
SPGB 0.35 30/07/23	5 454 790	32 450	-	5 487 240	17 721	5 504 961
BKO 2.8 12/06/25	12 535 511	-	(27 995)	12 507 516	62 827	12 570 343
ESMTB 0% 23/11/23	3 145 836	9 972	-	3 155 808	-	3 155 808
EUB 0 07/07/23	7 234 901	46 205	-	7 281 106	-	7 281 106
EUB 0 11/10/23	5 217 495	15 672	-	5 233 167	-	5 233 167
ESMTB 0 21/09/23	3 063 390	3 280	-	3 066 670	-	3 066 670
EUB 0 08/12/23	10 922 196	5 421	-	10 927 617	-	10 927 617
DBRI 0.1 15/04/26	6 688 894	-	(46 715)	6 642 179	1 429	6 643 608
EUB 0 08/09/23	11 975 740	8 765	-	11 984 505	-	11 984 505
BTF 0% 15/05/24	3 871 960	4 120	-	3 876 080	-	3 876 080
BTF 0 30/08/23	9 133 895	17 713	-	9 151 608	-	9 151 608
BTF 0 20/09/23	3 657 819	15 171	-	3 672 990	-	3 672 990
BTF 0 18/10/23	19 483 103	29 994	-	19 513 097	-	19 513 097
TII 0.75 15/02/45	1 747 823	5 154	-	1 752 977	6 012	1 758 989
B 16/11/23 Govt	938 278	5 556	-	943 834	-	943 834
	105 071 631	199 473	(74 710)	105 196 394	87 989	105 284 383
01.01.02 - Outros fundos públicos e equiparados						
BATSL 1,125 16/11/23	2 045 400	-	(67 340)	1 978 060	13 993	1 992 053
	2 045 400	-	(67 340)	1 978 060	13 993	1 992 053
01.01.03 - Obrigações diversas						
EDPPL 4.496 30/4/79	425 400	-	(27 900)	397 500	3 046	400 546
GALPPL 2 15/01/26	1 584 525	-	(175 365)	1 409 160	13 726	1 422 886
ISLBAN 0,75 25/03/25	1 498 170	-	(145 725)	1 352 445	2 951	1 355 396
CEZCP 4,875 16/04/25	1 018 450	-	(13 590)	1 004 860	10 123	1 014 983
BAYNGR 3.75% 01/7/74	528 300	-	(42 050)	486 250	18 750	505 000
ALVGR 4,75 PERP	2 147 630	-	(155 130)	1 992 500	65 068	2 057 568
VOWBA 2,75 06/10/27	1 027 060	-	(60 560)	966 500	38 122	1 004 622
CMZB 4.625 21/03/28	780 160	6 384	-	786 544	10 311	796 855
KBCBB 0,5% 03/12/29	298 209	-	(19 725)	278 484	863	279 347
LNKR 5,375% 31/10/25	797 656	-	(1 208)	796 448	28 627	825 075
NGGLN 1,625 06/12/79	1 527 480	-	(104 355)	1 423 125	13 890	1 437 015
MOW Float 31/01/25	977 500	22 750	-	1 000 250	8 608	1 008 858
CNPFP 4,25 05/06/45	2 286 420	-	(331 420)	1 955 000	6 038	1 961 038
CMARK 1.875 25/10/29	1 041 578	-	(90 768)	950 810	12 791	963 601
BNP 1 29/11/24	2 054 160	-	(148 580)	1 905 580	11 726	1 917 306
EDF 4 PERP	1 074 910	-	(102 410)	972 500	29 589	1 002 089
RENAUL 1.25 24/06/25	397 276	-	(22 508)	374 768	96	374 864
QDTFP 2.25% 03/02/25	516 735	-	(41 735)	475 000	4 562	479 562
ELOF 2,875% 29/01/26	955 000	-	(4 330)	950 670	12 051	962 721
FRIBP 0.875 26/01/31	499 340	-	(60 440)	438 900	1 870	440 770
ILDFF 0.75 11/02/24	497 410	-	(8 660)	488 750	1 438	490 188
SOCGEN 1.125 30/6/31	695 765	-	(87 402)	608 363	22	608 385
NYKRE 0.25 13/01/26	1 498 020	-	(150 030)	1 347 990	1 736	1 349 726
NYKRE 0.875 28/07/31	1 484 760	-	(192 975)	1 291 785	12 154	1 303 939
BPPEHX 0,50 12/09/23	2 018 940	-	(40 600)	1 978 340	8 000	1 986 340
KPN 2 PERP	1 535 085	-	(115 710)	1 419 375	11 753	1 431 128

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
NNGRNV 4.375 PERP	317 855	-	(20 008)	297 848	650	298 497
AIB 1.875 19/11/29	199 160	-	(10 768)	188 392	2 301	190 693
CLNXSM 1 20/04/27	193 940	-	(17 994)	175 946	393	176 339
GM 0.85 26/02/26	451 994	3 982	-	455 975	1 455	457 430
LAMON 5.05 PERP	1 766 535	-	(292 785)	1 473 750	40 677	1 514 427
OPBANK 1.625 09/6/30	2 021 584	-	(177 984)	1 843 600	1 954	1 845 553
VTRS 1.023 23/06/24	1 439 348	-	(85 184)	1 354 164	313	1 354 477
LOGICR 1,5 13/07/26	967 800	-	(104 060)	863 740	14 507	878 247
TELEFO 3 PERP	1 449 262	-	(63 262)	1 386 000	24 049	1 410 049
DEVOBA 1.75 22/10/30	1 579 635	-	(218 190)	1 361 445	18 123	1 379 568
VOD 2.625 27/08/80	1 790 090	-	(170 090)	1 620 000	39 871	1 659 871
JYBC 0.375 15/10/25	998 500	-	(52 800)	945 700	2 661	948 361
CAZAR 2,75 23/07/30	508 750	-	(60 000)	448 750	12 921	461 671
CTPNV 0.625 27/11/23	1 006 630	-	(25 680)	980 950	3 699	984 649
UCAJLN2.875 13/11/29	1 033 490	-	(123 490)	910 000	18 116	928 116
CLNXSM 0.75 15/11/26	608 916	9 674	-	618 590	3 279	621 869
EZJLN 1,875 03/03/28	517 750	-	(80 620)	437 130	3 074	440 204
ASSGEN 5,50 27/10/47	1 244 360	-	(235 610)	1 008 750	37 219	1 045 969
ATL 1.875 4/11/25	1 361 337	-	(131 511)	1 229 826	15 961	1 245 787
ARGSPA 1% 13/10/26	1 028 060	-	(110 620)	917 440	7 151	924 591
AIB 0.5 17/11/27	499 480	-	(63 965)	435 515	1 548	437 063
RYAID 0.875 25/05/26	1 015 550	-	(102 310)	913 240	885	914 125
BAC Float 24/08/25	2 036 360	-	(28 260)	2 008 100	9 314	2 017 414
TITIM 3,625 19/01/24	1 071 190	-	(79 940)	991 250	16 188	1 007 438
TNEMAK 2,25 20/07/28	500 375	-	(94 500)	405 875	10 664	416 539
ARION 0,375 14/07/25	500 570	-	(61 800)	438 770	1 808	440 578
UCAJLN 4,5% 30/06/25	599 730	-	(4 050)	595 680	74	595 754
JYBC 0.05 02/09/26	1 495 110	-	(139 965)	1 355 145	621	1 355 766
BATSLN 3 PERP	1 491 180	-	(238 680)	1 252 500	22 932	1 275 432
UBS 1.25 17/04/25	578 910	2 166	-	581 076	1 537	582 613
HEIBO 0,625 24/07/25	1 039 499	-	(176 452)	863 047	6 102	869 149
GS Float 07/02/25	1 661 988	-	(9 091)	1 652 897	10 378	1 663 275
ARION 4,875%21/12/24	799 040	-	(18 976)	780 064	20 515	800 579
GS 1,25 01/05/25	1 537 500	-	(113 895)	1 423 605	3 134	1 426 739
CAJAMA 8% 22/09/26	600 000	9 606	-	609 606	37 085	646 691
TITIM 2.5 19/07/23	1 041 720	-	(43 180)	998 540	23 767	1 022 307
EOFP 7,25% 15/06/26	133 000	5 653	-	138 653	429	139 081
ASRNED 7% 07/12/43	99 227	5 185	-	104 412	4 238	108 650
LEVI 3.375 15/03/27	506 750	-	(32 375)	474 375	4 969	479 344
RBIAV 6,125 PERP	625 290	-	(92 790)	532 500	2 271	534 771
CABKS 2,75% 14/07/28	897 480	2 205	-	899 685	23 868	923 553
FERSM 2.124 PERP	489 200	8 925	-	498 125	3 322	501 447
AOXGR 1.5 15/11/27	709 821	-	(197 477)	512 344	6 559	518 903
ORSTED 2,25 24/11/17	2 108 280	-	(188 280)	1 920 000	27 000	1 947 000
AKFAST 3.875 5/10/78	531 026	-	(30 908)	500 118	14 336	514 454
LLOY 0,625% 26/03/25	1 412 175	4 455	-	1 416 630	2 485	1 419 115
LKQ 4,125 01/04/28	1 057 006	-	(75 756)	981 250	10 313	991 562
VW 3.375 PERP	1 601 475	-	(152 100)	1 449 375	553	1 449 928
CMARK 3,375%19/09/27	799 240	-	(22 104)	777 136	21 082	798 218
ODGR 1.75 05/07/25	748 790	-	(80 710)	668 080	12 116	680 196
INFLN 1.5 05/07/23	664 511	-	(14 550)	649 961	9 643	659 604
AXA 5,125% 04/07/43	171 214	-	(86)	171 128	8 692	179 820
IBESM 3.25% PERP	546 000	-	(61 000)	485 000	6 188	491 188
TELEFO 4.375% PERP	706 860	-	(21 735)	685 125	9 121	694 246
BKIASM 3.75 15/02/29	1 078 390	-	(92 670)	985 720	13 973	999 693
IMBLN 1.125 14/8/23	1 516 320	-	(21 315)	1 495 005	14 841	1 509 846
BGAV 2,375 26/03/29	-	-	-	-	9 442	9 442
VW 5 1/8 PERP	560 945	-	(60 320)	500 625	21 062	521 687
TTEFP 1,75 PERP	1 544 715	-	(91 590)	1 453 125	6 311	1 459 436
NIBCAP 2 09/04/24	1 717 846	-	(53 869)	1 663 977	7 710	1 671 687
	86 344 696	80 984	(6 588 530)	79 837 150	983 363	80 820 513
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados						
01.03.03 - Obrigações diversas						
Somec/94	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
TOTAL	193 461 727	280 457	(6 730 580)	187 011 604	1 085 345	188 096 949

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2023 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2022	Aumentos	Reduções	30-06-2023
Depósitos à ordem	16 447 419	338 074 691	348 165 269	6 356 841
TOTAL	16 447 419	338 074 691	348 165 269	6 356 841

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido no Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “Reuters”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2023, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
GBP	26 995	-	-	-	-	-	26 995
JPY	239 565 407	-	-	-	-	-	239 565 407
USD	3 581 093	-	-	-	-	-	3 581 093
Contravalor Euro	4 851 480	-	-	-	-	-	4 851 480

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2023 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	96 990 033	-	-	22 479 380	-	119 469 413
de 1 a 3 anos	39 435 976	-	-	-	-	39 435 976
de 3 a 5 anos	10 070 275	-	-	-	-	10 070 275
de 5 a 7 anos	6 556 539	-	-	-	-	6 556 539
mais de 7 anos	30 354 580	-	-	-	-	30 354 580

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2023:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	193 322 547	148 710 061
Carteira com derivados	170 843 167	143 395 961
	11,63%	3,57%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2023 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Categoria A		Categoria C	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	617 691	0,39%	18 682	0,12%
Comissão de Depósito	28 826	0,02%	2 843	0,02%
Taxa de Supervisão	12 464	0,01%	1 229	0,01%
Custos de Auditoria	1 722	0,00%	170	0,00%
Outros Custos Correntes	42 554	0,03%	4 196	0,03%
TOTAL	703 258		27 120	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 17 – Factos relevantes

1) Estabilização dos mercados financeiros

O alinhamento das expectativas de taxa de juro terminais entre agentes de mercado e Bancos Centrais conduziu a uma correção da volatilidade em dívida soberana e ações, bem como o regresso da correlação entre ambos para terreno negativo. Ainda assim, e dado que as curvas de taxas diretoras anteviam cortes de taxa já em 2023 o que implicou uma comunicação mais incisiva do BCE e FED, a queda da volatilidade em ações foi muito maior do que a de obrigações, recuando para níveis pré-Covid.

Para a indústria de gestão de ativos, o regresso a um mercado funcional permitiu um arranque de ano com performances positivas em todas as classes de ativos e subscrições líquidas positivas. O grosso do impacto da normalização monetária parece já ter sido ultrapassado e o nível atual de yields deverá solidificar estas tendências na segunda metade do ano.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2023 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.